

## Um estudo sobre coletivos feministas: Jovens secundaristas e universitárias

### RESUMO

Mirian Teresa de Sá Leitão Martins  
E-mail: mirianteresad@yahoo.com.br  
Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Thaiana Rodrigues da Silva  
E-mail: thaianarodrigues@gmail.com  
Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

O presente trabalho trata de vivências de grupos de jovens mulheres, que após 2015 iniciaram em espaços educacionais reivindicações pelo fim da violência e desigualdade de gênero, baseadas na crítica feminista. Para tal, buscamos descrever dois grupos que tinham como pautas centrais: o fim do assédio e abusos sexuais, bem como as propostas de relações mais igualitárias. O estudo versa sobre dois diferentes grupos, que são: de estudantes secundaristas no Brasil e de universitárias no Chile. Nos quais observamos que os espaços de ensino conjugados às redes sociais, formam um local de luta das mulheres por equidade de gênero. Trata-se de um estudo que utilizou a metodologia do tipo bibliográfico. A análise do objeto foi desenvolvida fundamentada nas perspectivas teóricas de Foucault, Scott, Butler e Bourdieu. Concluímos que a luta por mudanças das relações de poder desiguais, busca modificar as assimetrias de gênero que regulam e normatizam corpos, desejos e sexualidade, e denuncia assédios e a violência sexual contra as mulheres.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação, Gênero. Juventude. Redes Sociais. Universidades.

## INTRODUÇÃO

Qual a importância dos movimentos sociais para vida em sociedade? Uma pergunta que a partir de 2013 surge com mais ênfase no cenário brasileiro, após inúmeras manifestações sociais que reivindicavam mudanças políticas. O que se observou é que não se tratou de uma política do confronto, como algumas vezes, as interações entre Estado e movimentos sociais são interpretadas. Já que os movimentos sociais cooperam através da elaboração e implementação de políticas governamentais. E ainda respondem por articulações não institucionalizadas das vulnerabilidades sociais, como a criação de espaços para a garantia de direitos não institucionais (DOWBOR; ALBUQUERQUE, 2017).

A equidade de gênero há muitas décadas é motivo de luta feminina em diferentes sociedades ocidentais. Inúmeras pautas propondo a promoção da igualdade entre homens e mulheres ganharam destaque, principalmente a do combate ao assédio sexual e violência contra as mulheres.

Não poderia ser diferente, já que o feminicídio é uma grave questão no mundo. Só que no Brasil a situação é alarmante, que se traduz em: 13 mulheres assassinadas por dia em 2016 (IPEA, 2018).

Não sendo diferente em outros países da América Latina, o Chile, por exemplo, possui lei frágeis para assassinatos, seguidos de mortes como denunciou a mídia El País, com a reportagem “Chile não consegue conter o feminicídio”. Essa que relata que só são computados como crimes relacionados ao feminicídio, quando realizados por companheiro e ex-companheiro, ou pelo pai da vítima; deixando de fora os cometidos por namorados. O que dificulta uma contabilização estatística real de casos e impede uma comparação entre países, por exemplo, que englobam casos de feminicídio como violência seguida de morte por parceiros, independentemente do tipo. A reportagem mostra a gravidade dessa situação, como o caso de assassinato de uma estudante de 17 anos que foi enterrada no pátio de sua escola, e o principal suspeito era o filho do zelador (MONTES, 2016).

O presente estudo, surge de inquietações e de questões levantadas pelas pesquisadoras em pesquisas e atividades realizadas através do Núcleo de Estudos sobre Desigualdades Contemporâneas e Relações de Gênero, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (NUDERG – UERJ). E da pesquisa realizada com estudantes secundaristas de uma escola pública carioca, por uma das autoras, que resultou no artigo *Feministas secundaristas: Discriminação de gênero e resistências no exemplo da comissão feminista do colégio Pedro II no Rio de Janeiro* (HINZ; SILVA, 2017).

Há tempos se detecta nas universidades e escolas secundárias vivências de opressões e violências, que impactam jovens e mulheres nas suas trajetórias, e repercutem nos espaços como: escolas e universidades, entre outros (HINZ; SILVA, 2017).

Assumimos no presente trabalho analisar dois marcos que destacam o protagonismo da juventude feminina, a partir de 2015. Trouxemos para discussão grupos de jovens mulheres das universitárias chilenas e das alunas de escolas de ensino médio no Brasil, após as “ocupações” de 2015.

Na discussão que se segue, buscamos trazer duas vivências, acreditando que é naqueles espaços que está em curso uma cultura baseada na crítica feminista, na qual as questões de gênero são articuladas à outras como: raça, classe, geração,

orientação sexual e etnia, para combater a desigualdade fortalecida por esses indicadores.

Buscamos ao longo desse trabalho responder a seguinte questão: Como essas jovens mulheres estão presentes nas ruas, na internet e ocupam universidades e escolas com pautas feministas? Para o entendimento da possibilidade da juventude feminina se apresentar como sujeito protagonista contra a opressão e dominação masculina, que se materializa em violências, assédios e desigualdades no cotidiano da vida dessas mulheres, com suas diferenças.

## **METODOLOGIA**

Se trata de um trabalho de natureza qualitativa, do tipo bibliográfico exploratório, que analisou dados secundários. O procedimento técnico deste trabalho foi a pesquisa bibliográfica e documental utilizando a metanálise, que se caracteriza por ser uma revisão sistemática de outros estudos com o intuito de analisar e produzir novos resultados.

## **DESENVOLVIMENTO (RESULTADOS E DISCUSSÕES)**

### **Os fatos e o diálogo com as teorias**

A hegemonia masculina traz e produz toda ordem de iniquidades. As conexões de poder entre homens e mulheres ocorrem a partir de um processo de diferenciação entre o masculino e o feminino, que além de organizar a vida social, consolida um discurso que hierarquiza e produz assimetrias (SCOTT, 1999). Ou seja, produz desigualdade de poder entre ambos e opressões, justificadas pelas diferenças. E legitimam que as mulheres sejam assediadas e abusadas, percebidas como objeto de dominação e prazer masculino.

As práticas sociais em diferentes contextos e sociedades são marcadas pela iniquidade entre homens e mulheres, que se articula a outras desigualdades como: raça, etnia, classe e identidade de gênero.

As relações entre os homens e mulheres se produzem na cultura por princípios de ordenação assimétricas e oposições homólogas, e institui uma dissimetria fundamental entre os gêneros (BOURDIEU, 1999). As práticas nos diferentes contextos são marcadas pela iniquidade. e o gênero como um conceito de análise tanto acadêmica, como da militância. Essa perspectiva permitiu que a partir dos anos de 1970 feministas apoiadas nessa análise, denunciassem a não naturalização dessas relações de poder.

O conceito de gênero diz respeito as regras de relações sociais moldadas pelo processo de socialização e de educação diferenciadas, e compõem a disposição da vida social e a percepção simbólica para Pierre Bourdieu (1999). E como ferramenta teórica tem possibilitado um amplo debate crítico acerca das estruturas de dominação.

As feministas pós-estruturalistas vão questionar o gênero como conceito, e surgem como uma reflexão acerca de outros corpos, desejos e práticas sexuais que não os binários, no caso gênero masculino e feminino. Entendem que, o gênero não contempla outras formas desejantes, e vão expor que as categorias mulher e

identidade sexual dizem respeito a formas de normatização a partir de um pressuposto heteronormativo.

A fluidez identitária, traduzida por essas pensadoras ao assumirem que o sujeito do feminismo é uma construção discursiva (BUTLER, 1992), traz um embate. Ou seja, ao se pensar a identidade apenas como um acontecimento discursivo, se afasta da materialidade das vivências diárias, que são marcadas pelo sexismo (SCOTT, 1992), e se distancia de um sujeito político que emerge da luta por direitos, reivindicações concretas do dia a dia das mulheres. Já que estas possuem experiências diversas, marcadas nas suas diferenças de classe, de cor, etnia e desejos.

Para Joan Scott (1992) o gênero é um conjunto de significados e símbolos que são construídos tomando como princípio a percepção da diferenciação sexual, e vai estruturar a percepção e a organização concreta e simbólica da vida social. Vai produzir um valor, um sistema simbólico presente na construção dos significados de poder.

Assim com a autora, trazemos para a discussão a análise das relações de poder de(nome) Foucault (1979 e 1999) e Bourdieu (1999), que ocorrem nas interações sociais através da normatização, objetificação e regulação dos corpos. Produzindo e reproduzindo nos discursos e nas instituições toda sorte de iniquidades e dominações, mas que produzem também resistências.

Poder que nos estudos feministas, também é conhecido pelo conceito de **patriarcado**, e que partir da segunda onda do feminismo foi definido como formação social, na qual os homens detêm o poder. Ou ainda, que é um poder exclusivo dos homens, que se institui através dos valores das Igrejas ortodoxas, por exemplo, na expressão: **o patriarca de Constantinopla**. O que possibilitou a incorporação dessa forma discursiva para o contexto social (DELPHY, 2009).

### Porque continuam as mulheres se articulando!

Em sua trajetória, o movimento feminista e de mulheres vem aglutinando uma diversidade de indivíduos cujas demandas envolvem: o fim das violências de gênero, do patriarcado, das inequidades, entre inúmeras outras pautas.

Desde as primeiras décadas do século XXI universitárias e/ou alunas de escolas secundaristas se organizaram para marchas. A nova geração se revela na formação de Coletivos e Grupos de Mulheres Jovens, estando presentes em diferentes espaços como: universidades, escolas secundárias e também no espaço virtual com suas campanhas virtuais pelo fim dos assédios contra as mulheres e a cultura do estupro, entre outras reivindicações. Se articulam de forma autônoma e não, necessariamente, estão vinculadas aos outros grupos existentes.

Como sujeitos atuantes é recente a inserção da juventude feminina nos feminismos de forma mais organizada. Identificamos em diferentes pesquisas alguns espaços de discussão do tema e de fortalecimento das agendas juvenis, que nortearam esse processo, que foram citados de forma cronológica através dos eventos: a) Fórum Cone Sul de Mulheres Jovens Políticas 2001, b) X Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe de 2005 (neste afirmaram-se as mulheres jovens como sujeito político, passando a ter uma participação ativa tanto na organização, como participação do programa), c) Encontro Nacional de Jovens

Feministas-2008, d) XI Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe-2009), e) o Encontro Nacional de Negras Jovens Feministas-2009 (PAPA; BORGES, 2014).

Os grupos citados são precursores dos novos Coletivos, que estão presentes nas Universidades e Escolas Secundárias após os anos de 2015, e em iniciativas virtuais como campanhas realizadas, por exemplo, a #chegadefiufiu (criada pela Organização Não Governamental (ONG) *Think Olga* por iniciativa de uma jovem mulher). Além do documentário 'Chega de Fiu Fiu' (PEREIRA, 2018). Aliás, a mobilização pelas redes sociais é uma característica desses novos grupos, que utilizam o *facebook*, *hashtags* e *blogs* como veículo de comunicação, denúncia e mobilização.

Se organizam de forma autônoma e em muitos casos surgem após um fato de assédio e de violência de gênero, em contextos extremamente machistas e misóginos, como são as sociedades. Trataremos a seguir do movimento de jovens universitárias e secundaristas no Chile e em seguida, do movimento de mulheres que surgiu a partir das ocupações de escolas secundárias no Brasil.

### Coletivos de Universitárias e Secundaristas no Chile

A partir da denúncia de assédio da ex-assistente e estudante do professor de direito administrativo, Carlos Carmona da Universidade do Chile, em Santiago em 2017, Jovens iniciam uma série de articulações entre as diferentes universidades chilenas. O que repercutiu pelas redes sociais, em uma série de denúncias contra assédios de alunas na Pontifícia Universidade Católica do Chile (BURIGO, 2018).

As reivindicações das universitárias foram: a punição dos agressores, a criação de um protocolo na universidade a ser aplicado quando houver casos de assédio sexual, uma política de prevenção, tolerância zero para certos comportamentos e o desenvolvimento de uma lei contra a violência de gênero.

Infelizmente as denúncias no caso do professor Carlos Carmona da Universidade do Chile não foram levadas adiante. Ele foi apenas afastado por três meses das suas atividades na universidade (BURIGO, 2018).

Devido a postura da Reitoria em não levar adiante a denúncia, com seu silenciamento, e a manutenção de Carmona no cargo, um movimento bem forte de alunas chilenas se intensificou, principalmente em 2018. Essas que ocuparam a Faculdade de Direito da Universidad del Chile reivindicando uma mudança de postura da reitoria da universidade.

Seus principais veículos de denúncia e organização das suas pautas foram as redes sociais, o que possibilitou a visibilidade e o seu crescimento de adesão ao movimento. Este se espalhou por várias cidades do Chile, e ganhou uma ampla adesão de várias jovens estudantes, que também aderiram a militância, e passaram a ocupar outras universidades e paralisar aulas. Foram um total de 20 universidades ocupadas (MONTES, 2018).

Se somaram a luta das universitárias chilenas, estudantes (mulheres) do Ensino Médio, que realizaram também ocupações e estavam presentes nas Marchas. Protestaram pelas ruas de Santiago exigindo uma Educação sexual, pública, feminista e não sexista. O movimento conseguiu que fosse votado um projeto de lei específico contra o assédio sexual no mundo acadêmico, em maio de 2018. O presidente Sebastian Piñera apresentou no dia 27 de maio uma **Agenda de gênero**, com um conjunto de 12 propostas, a incluir a igualdade de gênero na

CPE (Constituição Política do Estado), e se comprometeu a proporcionar condições para uma maior integração das mulheres no trabalho (CARTA CAPITAL, 2018).

O que fica evidente na análise do movimento do Chile, são relações de poder que perpetuam a hegemonia masculina legitimando toda sorte de violência contra as mulheres. Hegemonia que foi estruturada a partir da representação do masculino e o feminino, produzidos através de um sistema simbólico que tanto é a base das estruturas sociais, como o campo no qual o poder é articulado, como aponta Foucault (1979).

São práticas construídas a partir de uma assimetria estrutural entre homens e mulheres que ocorrem no cotidiano, e que se reafirma nesses espaços de ensino. São relações de desigualdade de poder, por ser a desigualdade processo e produto da hierarquização fundada nessa assimetria, como nos lembra Scott (1992).

A universidade, instituição que legitima saberes e verdades, preferiu o silenciamento e a manutenção do professor denunciado no cargo. Visava a invisibilidade da denúncia da aluna e a impunidade da prática, que pode ser interpretada como reafirmação da opressão e violência em espaços historicamente de dominação masculina. E para além da questão de gênero, outras desigualdades se articulam, a própria hierarquia presente nas instituições entre aluno(a)s, professores e reitoria.

Para compreender melhor as relações de poder que perpassam as desigualdades e hierarquias sociais, nós apoiamos em Foucault (1979), quando em sua discussão sobre o poder nos traz que este ocorre nas relações sociais e produz formas e saberes. Assim como induz e elabora discursos, que são intitulados como saberes e verdades, em síntese:

(...) não há exercício do poder sem uma certa economia dos discursos de verdade que funcionam nesse poder, a partir e através dele somos submetidos pelo poder a produção da verdade, e só podemos exercer o poder mediante a (essa) produção (FOUCAULT, 1999, p. 28).

A não averiguação de denúncias de assédios contra mulheres são práticas sociais corriqueiras em nossas sociedades, e produzem efeitos. A elaboração de uma outra verdade “a não existência do abuso contra a aluna”, por exemplo, seria uma delas, quando a reitoria se silencia. Nessa relação de saber e poder consolidada por um discurso que hierarquiza, e é baseada em assimetrias entre alunas, professores, colegiado e reitoria, se legitima desigualdades e opressões.

Mas como lembra Foucault (1979), as relações de poder como relações de força só são possíveis por ocorrer entre sujeitos livres. O que fica claro que ao se organizarem a partir desse movimento de ocupação em universidades no Chile, as jovens se opõem a dominação e a opressão, e propõem mudanças. Essas que permitiram quebrar muros e garantir direitos. O que possibilitou conquistas como a inclusão da agenda de gênero no governo, e a votação de um projeto de lei específico contra o assédio sexual no mundo acadêmico.

## O movimento de ocupações por alunos e alunas de escolas secundárias

No Brasil, entre 2015 e 2016, em diversas capitais ocorreram ocupações por alunos e alunas de Escolas Secundaristas. Essas enquanto ação coletiva, se mostraram com características bem próprias, tanto na forma de organização, como na ação. Utilizavam as redes sociais: o *facebook*, *twitter*, *blogs* como um instrumento de mobilização, reivindicação, troca entre os pares e visibilidade da causa.

O movimento que à princípio tinha como foco de reivindicação a mudança curricular (proposta por governos estaduais) e o fechamento de escolas, possibilitou emergir as discussões de desigualdades de poder entre os gêneros. Muitas ocupações tinham a especificidade de ter a maioria das ocupantes mulheres jovens, o que chama atenção, pelos espaços de decisão política não ser tradicionalmente ocupados por esse gênero no Brasil. Elas que trouxeram para o cotidiano da mobilização discussões sobre as opressões e as assimetrias entre homens e mulheres, tanto em espaços públicos como privados (ROMANCINI e CASTILHO, 2017).

Nas ocupações, no estado de São Paulo as meninas que eram um grupo bem atuante, tomaram a liderança do movimento. O que fica claro um posicionamento feminista por parte das mesmas. Aliás no vídeo "Lute como uma menina" produzido por dois cineastas a respeito dessas escolas, foi utilizado como fonte de pesquisa. O feminismo aparece como uma das abordagens dos grupos (ROMANCINI; CASTILHO, 2017).

Há uma identificação por parte das que estiveram mais à frente das ocupações, e ao se assumirem como feministas essas jovens produziam novas subjetividades a partir da sua luta, e afirmaram ressignificar práticas sociais. Como afirma Scott (1992) essas são baseadas a partir da representação da diferenciação entre o masculino e feminino e produzem discursos e significados, valores, códigos e símbolos, que historicamente constituíram as relações entre os gêneros implicadas em relações de poder, nas quais estarão imbricadas outras redes de significados como: raça, classe, etnia, geração e identidade de gênero.

Através das práticas sociais e dos discursos "feministas", que surgiram nas ocupações, essas jovens afirmavam relações sociais mais igualitárias, que buscam caminhos para relações e valores mais simétricos na escola e na sociedade. Chamam atenção acerca da perpetuação de um ideário que percebe os homens como em uma posição de complementariedade nas tarefas ditas domésticas, e da supremacia masculina nos espaços de decisão.

Era comum nas ocupações as estudantes heterossexuais e LGBTs protagonizassem a luta. Naqueles espaços suas vozes eram ouvidas, elas questionavam diversas iniquidades, dentre elas as relações desiguais entre os gêneros, os papéis determinados culturalmente a elas. Assim como pleitearam ter divisões igualitárias do trabalho de manutenção, como a limpeza e no preparo dos alimentos, e de outros afazeres domésticos. Além do que, as decisões passassem a serem realizadas e discutidas por todas e todos. Deixando evidente que as questões da iniquidade de gênero, da supremacia masculina nos lugares de poder e dos papéis culturalmente atribuídos às mulheres, foram ressignificados (GIMENES, 2016).

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

As jovens em questão, ao se organizarem em grupos, buscaram romper com o que estava instituído. Dentre eles, os discursos e as verdades de que são mulheres submissas e virtuosas entendidas como a norma moral definida pelo sistema patriarcal, foi revisto. Resignificando o papel que é destinado nas sociedades às mulheres, as iniquidades que produzem no seu cotidiano desigualdades de poder e, portanto, as tornam passíveis de sofrerem violências. Pois, há uma construção discursiva nas sociedades ocidentais que através do controle da sexualidade (FOUCAULT, 1979), e outras práticas sociais baseadas nas relações desiguais de poder entre os gêneros, naturalizou a submissão feminina.

Ao irem as redes sociais e as ruas, e, se organizarem em grupos/coletivos, essa nova geração de mulheres jovens procuram denunciar o machismo, a cultura do estupro, a misoginia. Assim como a desnaturalização da dominação masculina.

Como lembra Foucault (1979), os discursos construídos em determinados momentos históricos são tipos de discursos que as instituições e pessoas que detêm o poder, definem. E se referem as ideias, as instituições sociais, as estruturas sociais e práticas sociais, e, produzem efeitos regulamentados de poder. A produção de efeitos de verdade como instrumentos de poder fica evidente quando analisamos, por exemplo, a não aceitação de denúncia das jovens chilenas, ou quando não lhes é dada voz. A universidade através da reitoria, silencia e explicita o que devem as mulheres falarem ou se calarem.

Esses discursos objetivam produzir e reproduzir opressões, a dominação e a assimetria nas relações sociais no cotidiano das mulheres. Mas as relações de poder como ressalta Foucault (1999), pelo seu caráter produtivo e por ser uma rede constante entre indivíduos e sociedades que para existir necessita de relações dinâmicas e abertas, podem ser revertidas.

Como sujeitos políticos mulheres jovens se afirmam com a organização de “Marchas”, nas ocupações de espaços como universidades e/ou escolas secundárias e através de seus Coletivos, que inclui a militância digital com suas hashtags e perfis nas redes sociais. As jovens estudantes em diferentes contextos reivindicaram, se assumindo como protagonistas a partir de suas articulações nas universidades e escolas secundárias, mudanças das relações de poder desiguais, E que produzem assimetrias de gênero, regulam e normatizam seus corpos, desejos, sua sexualidade e denunciaram assédios e a violência sexual.

## A study of feminist collectives: Secondary and university youth

### ABSTRACT

The present work deals with the experiences of groups of young women who, after 2015, started in educational spaces, claims for the end of violence and gender inequality, based on feminist criticism. To do this, we sought to describe two groups that had as central guidelines: the end of harassment and sexual abuse, as well as the proposals of more egalitarian relations. The study deals with two different groups: high school students in Brazil and university students in Chile. In which we observe that the educational spaces conjugated to the social networks, form a place of struggle of the women for gender equity. It is a study that used the methodology of the bibliographic type. The analysis of the object was developed based on the theoretical perspectives of Foucault, Scott, Butler and Bourdieu. We conclude that the struggle for changes in unequal power relations seeks to change the gender asymmetries that regulate and normalize bodies, desires and sexuality, and denounce harassment and sexual violence against women.

**KEYWORDS:** Education. Genre. Young. Social networks. University.

## Un estudio de colectivos feministas: jóvenes de secundaria y universitarias.

### RESUMEN

El presente trabajo trata sobre las experiencias de grupos de mujeres jóvenes que, después de 2015, comenzaron en espacios educativos, reclaman el fin de la violencia y la desigualdad de género, basadas en la crítica feminista. Para ello, buscamos describir dos grupos que tenían como pautas centrales: el fin del hostigamiento y el abuso sexual, así como las propuestas de relaciones más igualitarias. El estudio trata sobre dos grupos diferentes: estudiantes de secundaria en Brasil y estudiantes universitarios en Chile. En el cual observamos que los espacios educativos conjugados a las redes sociales, forman un lugar de lucha de las mujeres por la equidad de género. Es un estudio que utiliza la metodología del tipo bibliográfico. El análisis del objeto se desarrolló basándose en las perspectivas teóricas de Foucault, Scott, Butler y Bourdieu. Concluimos que la lucha por los cambios en las relaciones de poder desiguales busca cambiar las asimetrías de género que regulan y normalizan los cuerpos, los deseos y la sexualidad, y denuncian el acoso y la violencia sexual contra las mujeres.

**PALABRAS CLAVE:** Educación. Género. Joven. Redes sociales. Universidad.

## REFERÊNCIAS

ATLAS da Violência, 2018. Coordenadores: Daniel Cerqueira, Renato Sergio de Lima, Samira Bueno, Cristina Neme, Helder Ferreira, Danilo Coelho, Paloma Palmieri Alves, Marina Pinheiro, Roberta Astolfi e David Marques. Estagiários: Milena Reis e Filipe Merian. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)**, 2018. 93, 2018.

BURIGO, Joanna. O feminismo toma o Chile, Jornal **Carta Capital**, 7/6/18. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/diversidade/o-feminismo-toma-o-chile>>. Acesso em: julho de 2017.

CARLOS, Euzenia, DOWBOR, Monika e ALBUQUERQUE, Maria do Carmo. **Movimentos sociais e seus efeitos nas políticas públicas**: balanço do debate e proposições analíticas. Civitas, Porto Alegre, v. 17, n.2, p. 360-378, maio-ago, 2017.

CARTA CAPITAL. **As manifestantes exigem o fim da violência machista e defendem uma "educação não sexista"** -18/05/18. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/internacional/ocupacoes-feministas-se-espalham-por-centros-de-ensino-no-chile>>. Acesso em: junho de 2018

FERREIRA, Carolina Branco de Castro. Feminismos web: linhas de ação e maneiras de atuação no debate feminista contemporâneo. **Cadernos Pagu**, Campinas, São Paulo, n.44, p.199-228, jun. 2015.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade: curso no College de France (1975-1976)**. São Paulo, Ed.: Martins Fontes, 1999.

GIMENES, Camila Itikawa Gimenes. Ocupar e resistir: entre o político e o pedagógico nas escolas ocupadas. **Blog da Bomtempo**, 2016. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2016/11/02/ocupar-e-resistir-entre-o-politico-e-o-pedagogico-nas-escolas-ocupadas/>> publicado em 02/11/2016,>Acesso em: janeiro de 2018.

GOMES, Carla e SORJ, Bila. Corpo, geração e identidade: a Marcha das vadias no Brasil. **Revista Sociedade Estado**. vol.29 no.2 Brasília May/Aug. 2014.

MONTES, Rocío. Chile não consegue conter feminicídio. **El País**. Disponível em <[https://brasil.elpais.com/brasil/2016/04/01/internacional/1459469465\\_370317.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2016/04/01/internacional/1459469465_370317.html)> Acesso em: dezembro de 2018.

MONTES, Rocío. Feministas chilenas exigem nas ruas uma educação não sexista. São Paulo, **El País**, 2018. Disponível em [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/05/17/internacional/1526508857\\_241171.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/05/17/internacional/1526508857_241171.html), acessado em 22 de julho de 2018.

PAPA, Fernanda e BORGE, Larissa. Imaginando cores que nunca vimos. In: LOBATO, Ana. Lúcia (Org). **Jovens Mulheres e Políticas Públicas**. Brasília: Presidência da República: Coleção Juventude. Série Estudos, n. 2, p. 187-201, 2014.

PEREIRA, Karla Larissa Silva. **Violência de gênero**: Como as campanhas #ChegadeFiuFiu, #MeuPrimeiroAssédio e #VamosJuntas? utilizam o ciberespaço para pautar os portais de notícias. Dissertação realizada no âmbito do. Mestrado em Ciências da Comunicação – estudos de mídia e jornalismo, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal, 2018.

ROMANCINI, Richard e CASTILHO, Fernanda. “Como ocupar uma escola? Pesquisa na Internet!”: política participativa nas ocupações de escolas públicas no Brasil. **Intercom**, Rev. Bras. Ciênc. Comum., v.40, n.2, p. 93-110, 2017.

SCOTT, Joan. Gênero, uma categoria útil de análise histórica. Porto Alegre: **Educação e Realidade**, n. 20, p. 71-99, 1999.

SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter (Org.) **A Escrita da História: Novas Perspectivas**. São Paulo: Unesp, 1992.

**Recebido:** 20 dez. 2018.

**Aprovado:** 18 fev. 2019.

**DOI:** 10.3895/cgt.v12n39.9277

**Como citar:**

MARTINS, Mirian Teresa de Sá Leitão; SILVA, Thaiana Rodrigues da. Um estudo sobre coletivos feministas: Jovens secundaristas e universitárias. **Cad. Gên. Technol.**, Curitiba, v.12, n. 39, p. 122-132, jan./jun. 2019.

**Correspondência:**

Mirian Teresa de Sá Leitão Martins. Rua São Francisco de Xavier 524, nono andar. Maracanã, Rio de Janeiro, RJ, Brasil 20.550-013

**Direito autoral:**

Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional.

